

Calendário Biodiversidade em Trás-os-Montes 2010/2011

Este calendário surge no ano no Ano Internacional da Biodiversidade.



A Europa ocupa menos de 3% das terras no mundo, mas, apesar do seu tamanho, possui uma biodiversidade riquíssima. Do Círculo Ártico aos amenos litorais mediterrânicos, dos picos alpinos às vastas planícies centrais, a diversidade da Natureza no nosso pequeno continente é realmente notável.

Abrangendo o 2º semestre de 2010, o Calendário da Biodiversidade em Trás-os-Montes prolonga-se pelo ano de 2011, e pretende dar a conhecer através de imagem e texto vários exemplos de espécies e habitats desta região portuguesa.

Em cada um dos 19 meses do calendário, as fotos seleccionadas ilustram aspectos da fauna, flora, da fisionomia de habitats naturais e de ecossistemas agrários, representativos de cada mês ou época. Para além duma breve descrição das imagens e do seu significado, é também dada informação acerca da relevância das espécies silvestres e agrícolas e realçada a sua utilização.

Especificam-se, sempre que existam, habitats estabelecidos pela Rede Natura 2000 e Medidas de Desenvolvimento Rural que permitem a sua protecção. Estas últimas remetem sobretudo para as medidas Agro-ambientais do Programa de Desenvolvimento permitem financiar os agricultores que optem por sistemas de produção não intensivos e pratiquem uma agricultura sustentada contribuindo, assim, para a preservação da biodiversidade destes ecossistemas.

Natura 2000 é a rede de zonas de conservação da natureza criada para garantir à escala da UE a sobrevivência de espécies e habitats valiosos, na Europa. Não se limita às reservas naturais, estruturando-se num princípio mais

vasto de conservação e utilização sustentável em que o homem e a natureza podem coexistir. A rede baseia-se em dois instrumentos inovadores da legislação comunitária: a Directiva Aves de 1979, e a Directiva Habitat de 1992.

O apoio da União Europeia à rede Natura 2000 aumentou muito ao longo dos anos com financiamentos importantes a projectos de demonstração e de boas práticas. Em 2007, o orçamento do Programa Life + (2007-2013) financiou vários projectos no montante de 187 milhões de euros, em que 50% dos fundos foram destinados à conservação da natureza e biodiversidade.

No entanto, os montantes financeiros disponibilizados aos Estados Membros para fins de gestão dos sítios provêm dos Fundos Estruturais e do Fundo de Desenvolvimento Rural.



Sumário

Calendário Biodiversidade em Trás-os-Montes 2010/2011	1
Tratado de Lisboa: Alterações climáticas, Aproveitamento energético e criminalidade transfronteiriça.....	2
Presidência Belga do Conselho da União Europeia.....	2
Convites à apresentação de candidaturas a programas comunitários.....	3
Apoio a actividades de informação dirigidas aos jovens e a entidades activas no trabalho no sector da juventude	3
«Sistemas de apoio à Juventude» - Apoio à mobilidade e intercâmbio de jovens trabalhadores..	3
Acções Comemorativas do Dia da Europa.....	3
Legislação Nacional.....	4
Legislação Comunitária.....	4

Tratado de Lisboa:

Alterações climáticas, Aprovisionamento energético e criminalidade transfronteiriça

O Tratado de Lisboa que entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2009 altera e actualiza os Tratados anteriores da União Europeia.



Este Tratado, entre outras alterações, introduz novas medidas destinadas a resolver problemas que afectam a nossa qualidade de vida.

Entre estes salientam-se os ligados às alterações climáticas bem como ao aprovisionamento energético e à criminalidade transfronteiriça.

Relativamente a este último aspecto o tratado contém disposições importantes em vários novos domínios políticos que reforçam a capacidade da União Europeia no seu combate, nomeadamente a imigração ilegal, o tráfico de mulheres e crianças, armas e droga.

No que diz respeito às alterações climáticas no 6º Programa de Acção Comunitária em matéria de Ambiente, Ambiente 2010: O nosso futuro, A nossa escolha – proposto pela Comissão Europeia aos Estados-Membros e ao Parlamento Europeu, salientavam-se já um conjunto de medidas visando o Combate às Alterações Climáticas.

A Europa visa assim cumprir o seu objectivo de redução das emissões em 8% em relação aos níveis em 1990 no período entre 2008-2012, como acordado em Quioto, no Japão. Para tal há que rever as políticas de transporte visando evitar o grave aumento previsto das emissões resultantes da intensificação do tráfego rodoviário e aéreo.

Em 2009 as emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia reduziram cerca de 14% quando comparadas com os níveis de 1990.

Pretendia-se também a mais longo prazo, até 2020, reduzir as emissões à escala mundial em cerca de 20-40% (também em relação aos níveis de 1990).

Para realizar tais objectivos previa-se reduzir das emissões de gases com efeito de estufa nos principais sectores económicos bem como apoiar a produção de formas de energia renováveis.

A produção de energia a partir de fontes renováveis que adquire assim especial importância no quadro da política energética da UE em virtude:

- Da necessidade de reduzir das emissões de gases com efeito de estufa, para atingir os compromissos assumidos no protocolo de Quioto;
- Do agravamento da situação de forte dependência energética em relação ao petróleo pelo recente aumento do seu preço.

No seguimento desta actuação o Tratado de Lisboa dá prioridade sobre esta matéria ao objectivo da União Europeia de promoção do desenvolvimento sustentável na União, assente num elevado nível de protecção e de melhoramento da qualidade do ambiente.

Preconiza também a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente e, designadamente, a combater as alterações climáticas.

O reforço do papel da União Europeia em matéria de alterações climáticas significa que a Europa continuará a estar na vanguarda do combate ao aquecimento global.

Relativamente à energia o Tratado contém novas disposições destinadas a assegurar o funcionamento do mercado energético, nomeadamente no que se refere ao aprovisionamento energético, à promoção da eficiência energética e ao desenvolvimento de energias novas e renováveis.

A segurança do aprovisionamento energético é pois um dos grandes desafios do futuro para todos os Estados-Membros. O Tratado afirma também o compromisso da União Europeia com uma política europeia comum em matéria de energia sustentável.

Presidência Belga do Conselho da União Europeia

A Bélgica assumiu a 1 de Julho a Presidência rotativa da União Europeia,



apesar de ainda não ter constituído novo governo, depois das eleições realizadas em Junho. Para assinalar o início da Presidência, quatro deputados ao Parlamento Europeu, de diferentes grupos políticos e regiões belgas, falaram-nos das principais prioridades para os próximos seis meses.

A Presidência da União Europeia é sempre preparada com antecedência pela Presidência que assume, a anterior e a seguinte. Por esse motivo, os deputados belgas manifestaram-se optimistas em relação à facilidade e eficácia na sua implementação.

Marc Tarabella (S&D): “O trabalho que antecedeu esta Presidência foi considerável”.

Frieda Brepoels (Verdes/ALE): “No âmbito da troika, Espanha, Bélgica e Hungria elaboraram um programa para 18 meses”.

Louis Michel (ADLE): “Esta Presidência foi extre-

mamente bem preparada pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus”.

Jean-Luc Dehaene (PPE): “O facto de ser um governo de gestão faz pouca ou nenhuma diferença”.

Frieda Brepoels: “Se não for constituído um novo governo nos próximos meses, o governo de gestão deve cumprir o programa estipulado”.

Prioridades da Presidência belga:

- Emprego, coesão social, ambiente e clima
- Promover um procedimento único em matéria de asilo e um estatuto uniforme de protecção internacional
- Prosseguir a luta contra o terrorismo, o crime organizado, a imigração ilegal, o tráfico de seres humanos
- Adoptar a Iniciativa de Cidadania
- Finalizar o estabelecimento do Serviço Europeu de Acção Externa e as negociações tendo em vista o alargamento da UE

Convites à apresentação de candidaturas a programas comunitários...

...Programa «Juventude em Acção»

Apoio a actividades de informação dirigidas aos jovens e a entidades activas no trabalho no sector da juventude

A Comissão Europeia através da Direcção Geral de Educação e Cultura, publicou um convite à apresentação de candidaturas no âmbito do Programa «Juventude em acção».

O presente convite à apresentação de propostas tem por objectivo:

- Promover acções de informação e de comunicação com uma dimensão europeia dirigidas a jovens e líderes de juventude.

Os projectos propostos devem reforçar a divulgação de informação de qualidade e aumentar o acesso dos jovens à informação e a vários canais de comunicação, aos níveis nacional e europeu.

Os projectos visam, a longo prazo, incentivar a participação de jovens na vida pública e facilitar a realização do seu potencial como cidadãos europeus activos e responsáveis.

As candidaturas deverão ser enviadas até 10 de Setembro de 2010.

Contactos:

http://eacea.ec.europa.eu/youth/funding/2010/call_action_4_5_en.php

«Sistemas de apoio à Juventude» - Apoio à mobilidade e intercâmbio de jovens trabalhadores

A Comissão Europeia publicou um convite à apresentação de candidaturas no âmbito do Programa «Juventude em Acção» que visa:

- Proporcionar aos jovens trabalhadores a oportunidade de viver uma realidade de trabalho diferente noutro país;
- Obter um melhor entendimento da dimensão europeia do trabalho no sector da juventude;
- Melhorar as competências profissionais, interculturais e linguísticas dos jovens trabalhadores;
- Promover um intercâmbio de experiências e abordagens do trabalho no sector da juventude e da educação não formal na Europa;
- Contribuir para desenvolver parcerias mais fortes e de melhor qualidade entre organizações de jovens em toda a Europa e reforçar a qualidade e o papel do trabalho no sector da juventude na Europa.

As candidaturas deverão ser enviadas até 22 de Outubro de 2010.

Contactos:

http://eacea.ec.europa.eu/youth/funding/2010/call_action_4_3_en.php

Acções Comemorativas do Dia da Europa

No âmbito das comemorações do “Dia da Europa”, o Centro Europe *Direct* de Bragança promoveu junto dos



Clubes europeus das Escolas da região, o “Prémio Dia da Europa”. Pretendeu-se que as Escolas candidatassem a este prémio as múltiplas actividades desenvolvidas para festejar

o Dia da Europa.

Para além da atribuição de um prémio a cada Clube participante, foram facultados materiais informativos e brindes aos alunos envolvidos.

O Centro Europe *Direct* de Bragança participou em duas das actividades desenvolvidas:

- A 10 de Maio esteve presente na Palestra sobre “Pontes de Inclusão” no âmbito do Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social na Escola Secundária Miguel Torga de Bragança;

- A 11 de Maio participou no Atelier das Histórias Tradicionais, dinamizado pelo pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Carrazeda de Ansiães.

Para mais informações consulte:

<http://ciedbraganca.ipb.pt/wp/breves/ola-3/>



Legislação Nacional

Gabinetes de inserção profissional - Portaria n.º 298/2010. D.R. n.º 106, Série I de 2010-06-01 – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Primeira alteração à Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro, que cria e regula o funcionamento dos gabinetes de inserção profissional.

Estágios da Administração Pública (adaptação à administração local) – Decreto-Lei n.º 65/2010. D.R. n.º 112, Série I de 2010-06-11 – Presidência do Conselho de Ministros – Adapta à administração local o regime de estágios da Administração Pública.

CrITÉRIOS de reordenamento da rede escolar – Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010. D.R. n.º 113, Série I de 2010-06-14 – Presidência do Conselho de Ministros – Define os critérios de reordenamento da rede escolar.

Nova taxa de IRS (sujeitos passivos ou agregados familiares com rendimentos anuais superiores a 150 000 euros) – Lei n.º 11/2010. D.R. n.º 114, Série I de 2010-06-15 – Assembleia da República – Introdz uma nova taxa de IRS (no valor de 45 %) para sujeitos passivos ou agregados familiares que obtenham rendimentos anuais superiores a (euro) 150 000.

Reforço da empregabilidade dos beneficiários da prestação de desemprego e do combate à fraude – Decreto-Lei n.º 72/2010. D.R. n.º 117, Série I de 2010-06-18 – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Estabelece medidas para

reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego e o combate à fraude, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/84, de 18 de Abril.

Géneros alimentícios destinados a alimentação especial – Decreto-Lei n.º 74/2010. D.R. n.º 118, Série I de 2010-06-2 – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Estabelece o regime geral dos géneros alimentícios destinados a alimentação especial, transpondo a Directiva n.º 2009/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio.

Colocação dos especialistas de medicina geral e familiar – Resolução da Assembleia da República n.º 56/2010. D.R. n.º 120, Série I de 2010-06-23 – Assembleia da República – Colocação dos especialistas de medicina geral e familiar.

Aprovação da alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (município de Bragança) - Portaria n.º 466/2010. D.R. n.º 129, Série I de 2010-07-06 - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Bragança.

Avaliação do desempenho docente - Resolução da Assembleia da República n.º 61/2010. D.R. n.º 130, Série I de 2010-07-07 - Assembleia da República - Recomenda que a avaliação de desempenho docente não seja considerada para efeitos de concurso.

Legislação Comunitária

Listagem de países terceiros dos quais têm de ser originários determinados produtos da agricultura biológica para poderem ser comercializados na União – Regulamento (UE) n.º 471/2010 da Comissão, de 31 de Maio de 2010, que altera o Regulamento (CE) n.º 1235/2008 no que respeita à lista de países terceiros dos quais têm de ser originários determinados produtos da agricultura biológica para poderem ser comercializados na União.

Ajudas à armazenagem privada de determinados produtos agrícolas – Regulamento (UE) n.º 484/2010 da Comissão, de 3 de Junho de 2010, que altera o Regulamento (CE) n.º 826/2008 que define normas comuns para a concessão de ajudas à armazenagem privada de determinados produtos agrícolas.

Compensações pagas aos membros dos comités científicos e aos peritos em diferentes domínios – Decisão da Comissão, de 3 de Junho de 2010, que altera a Decisão 2008/721/CE relativa às compensações pagas aos membros dos comités científicos e aos peritos no domínio da segurança dos consumidores, da saúde pública e do ambiente.

Regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano – Regulamento (UE) n.º 505/2010 da Comissão, de 14 de Junho de 2010, que altera o anexo II do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano.

Compra e venda de produtos agrícolas no quadro de intervenção pública - Regulamento (UE) n.º 549/2010 da Comissão, de 23 de Junho de 2010, que altera e rectifica o Regulamento (UE) n.º 1272/2009 da Comissão que estabelece regras comuns de execução do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no respeitante à compra e venda de produtos agrícolas no quadro da intervenção pública.

Coeficientes de correcção aplicáveis às remunerações e às pensões dos funcionários e outros agentes - Regulamento (UE, Euratom) n.º 564/2010 do Conselho, de 29 de Junho

de 2010, que adapta os coeficientes de correcção aplicáveis às remunerações e às pensões dos funcionários e outros agentes da União Europeia.

Regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano - Regulamento (UE) n.º 595/2010 da Comissão, de 2 de Julho de 2010, que altera os anexos VIII, X e XI do Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

Aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente - Directiva 2010/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Julho de 2010, relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente e que revoga a Directiva 86/613/CEE do Conselho.



Boletim Informativo

Contactos: Sílvia Nobre

Escola Superior Agrária de Bragança

Campus de Santa Apolónia

Apartado 1172 · 5301-855 BRAGANÇA

Telefone 273 303 282 · Telefax 273 325 405

E-mail: ciedbraganca@ipb.pt

Pode ser consultado on-line em <http://www.ciedbraganca.ipb.pt>

Redacção: Edite Oliveira e Sílvia Nobre

Edição e Impressão: Serviços de Imagem do Instituto Politécnico de Bragança, 1100 exemplares